

DESLOCAMENTO DO CENTRO DINÂMICO EM CELSO FURTADO

Francisco de Oliveira

Em 2009 assinalam-se os 50 anos de *Formação Econômica do Brasil (FEB)*, de Celso Furtado (FURTADO, 2000). É uma data a comemorar, pois o livro, que já nasceu clássico, provocou uma reviravolta na interpretação da economia brasileira, particularmente aquela dos anos posteriores à crise e à Revolução de 1930, tornando-se, assim, fundamental para a compreensão da moderna sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, *et pour cause*, erigiu-se em paradigma de todas as políticas seguidas pelo Estado brasileiro, somente escanteadas pela contrarrevolução do neoliberalismo conduzido – suprema ironia – por Fernando Henrique Cardoso, que havia sido na verdade uma espécie de discípulo afastado de Celso Furtado, como nos mostra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, de autoria do sociólogo brasileiro em parceria com o chileno Enzo Faletto (CARDOSO; FALETTTO, 1973).

Dependência e Desenvolvimento na América Latina é na verdade uma releitura dos trabalhos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e da obra de Celso Furtado, que ganhava, assim, sob um prisma sociológico, o que os originais não explicitavam: que a política não é externa à economia, com o exemplo que o mestre José Medina Echavarría utilizava da Revolução Mexicana. Sem esta, o México moderno resultaria incompreensível. Ao exemplo preferido por *Don José* poderia ser acrescentado o da hoje ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que, de um regime absolutista que equivalia à Idade Média europeia, chegou a ser uma das duas potências mundiais à época da Guerra Fria. Dos ortodoxos de longas barbas e pesadas vestes (e certamente por isso malcheirosos) aos foguetes e a Yuri Gagarin, só a política explica: isto é, na acepção gramsciana, a política em sua fase de fusão nuclear, de máxima socialização: a Revolução de Outubro.

José Medina Echavarría, também tratado nos seus anos de Chile como *Don José*, dadas a sua elegância intelectual e a sua urbanidade, introdutor de Weber

na América Latina – é dele principalmente a tradução de *Economía y Sociedad*,¹ (WEBER, 1984) pelo prestigioso Fondo de Cultura Económica mexicano – estava no Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (Ilpes) à época em que lá estiveram Faletto e Cardoso e sobre eles exerceu nítida influência.

Apesar da originalidade da interpretação, o próprio Furtado, em seu auge como economista, não se deu conta inteiramente da queima de café pelo governo Vargas, em 1931, como “política” – portanto, nos termos de *Don José*, como uma prática não externa à economia. Aqui reside um traço ainda neoclássico em Furtado, o que ele não poderia ter evitado, talvez. Porque há uma sugestão de que foram os próprios mecanismos econômicos da cafeicultura que levaram à queima. Isto só em parte é verdade, já que os imensos estoques de então contribuía para a redução dos preços, numa fase de intensa depressão nos países consumidores. Mas a “política” estava nos interesses de classe que promoveram e apoiaram a queima dos estoques, até porque o serviço da dívida externa para pagar os próprios empréstimos da valorização do café já consumia todas as divisas produzidas,² o que erguia uma poderosa barreira à continuidade da política cega de reprodução infinita das plantações. É aqui que entra a “autonomia relativa” da política de que falava Weber e seu seguidor *Don José*, e que Cardoso e Faletto adicionaram à interpretação furtadiana, melhorando-a notavelmente sob esse aspecto.

O capítulo “Deslocamento do Centro Dinâmico” é o 32^o e tenho em mãos a 27^a edição, da Publifolha, sob licença da Companhia Editora Nacional, de São Paulo, de 2000. Trata-se de um capítulo relativamente pequeno, de pouco mais de sete páginas, da parte V, intitulada “Economia de Transição para um Sistema Industrial (Século XX)”, que vem a constituir a verdadeira novidade teórica de Furtado, inspirada nos trabalhos da Cepal.

As partes anteriores devem muito a autores que precederam Furtado, como Caio Prado Jr.,³ a quem ele pouco reverencia e sequer cita em *FEB* (embora a ele recorra em sua tese de doutorado na França,⁴ sob a direção de Maurice Byé),⁵ e Roberto Simonsen (ver SIMONSEN, 1962), reconhecido por Celso, que lhe ficou devedor principalmente das fontes mais importantes para o estudo da eco-

1. Deve ser dito que a edição mexicana precede até a tradução da obra maior de Weber para a língua francesa, o que mostra a atualidade do Fondo de Cultura e dos republicanos espanhóis exilados no México que contribuiram poderosamente para o “salto quântico” da cultura no México.

2. O clássico na matéria é de Vilella e Suzigan (1975).

3. Prado Jr. (1942). Caio é o fundador da editora, que terá papel de relevo no incipiente mercado editorial brasileiro até os anos 1980.

4. Ver Furtado (2001). Note-se que, corretamente, Furtado não intitula sua tese de “economia brasileira”, mas de “economia colonial no Brasil”. Ele se descuidará em *FEB*, incidindo no anacronismo que assinalamos adiante.

5. Seria absurdo não reconhecer a influência de Caio Prado Jr., pois este é o autor da canônica interpretação do “sentido da colonização”.

nomia brasileira no longo período que o livro de Simonsen cobre (com a ressalva, que se fez também a Furtado, de que era impróprio falar de “economia brasileira” nos anos da colônia). A interpretação de Simonsen sobre o período vale pela sua contribuição ao estudo das fontes, mas não tem a força heurística da de Caio Prado Jr. Essas partes anteriores à parte V devem também aos historiadores do século XIX, como Capistrano de Abreu; nelas, Furtado apenas relê a história brasileira, sob nítida influência keynesiana (KEYNES, 1982), influência esta também presente na Cepal.

Da parte V em diante, Furtado é inteiramente original, e a presença de Keynes continuará sempre nítida na sua produção teórico-prática. Normano (1976) também comparece, sobretudo no tema da dualidade da economia brasileira, a quem Furtado cita muito em seu primeiro trabalho, *A Economia Brasileira*, de 1954, mas Normano jamais chegou às formulações furtadianas. Lambert (1967) também havia procurado entender a economia e a sociedade brasileira sob o prisma da dualidade, e Furtado, um assumido francófilo, não desconhecia a contribuição de Lambert, mas por aí param as influências dualísticas.

Desde o título da parte V e o título mesmo do capítulo, revela-se a nítida diferença teórica da Cepal e de Furtado em relação aos autores clássicos da economia política, inclusive no que respeita a Marx. Esta parte V e seu capítulo 32 constituem a *ópera-prima* de Celso Furtado, e o uso do termo operístico não é por acaso: aqui cantam todas as vozes dos novos naipes introduzidos pelo pensamento cepalino entre nós por Furtado.

O etnocentrismo dos autores associados a teorias clássicas, Adam Smith, David Ricardo e os representantes da Escola de Viena, não lhes permitia ver que o sistema capitalista é, em primeiro lugar, um sistema e não um conjunto de economias isoladas e autônomas, e em segundo lugar que ele se estrutura em estratificações de centralidade e poder econômico; por isso a teoria do comércio internacional, que se deve a Ricardo – a das vantagens comparativas –, é tão inapropriada para descrever o sistema, e sua derivação de uma teoria do desenvolvimento também “morre na praia”.

Marx havia se aproximado de uma concepção desse tipo, pois sua investigação do capitalismo e de suas centralização e concentração lhe teria fornecido as chaves para compreender a formação do capitalismo e do que chamamos hoje suas periferias. O *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels (1998), é a primeira teoria de um sistema mundial. Mas em *O Capital*, Marx (1973) ficou no tratamento da moderna teoria da colonização, sobre a qual o marxismo posterior a Marx não avançou muito, ou quase nada, salvo a teoria leninista do imperialismo.

Esta, curiosamente, assentou as bases para a estratégia dos partidos comunistas em todo o mundo, pois a primeira tarefa política passou a ser derrotar o imperialismo e apoiar as burguesias nacionais, ou algo que se lhes assemelhasse. Com isso, o “marxismo soviético” – a expressão é de Marcuse (1969) – deixou de aprofundar e seguir, na política, as pistas do pioneiro trabalho do mesmo Lênin (1988), *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, a rigor o primeiro trabalho de uma teoria do subdesenvolvimento, que a Cepal retomará muitas décadas depois, com uma disfarçada presença da inspiração marxista.

O marxismo da III Internacional, já sob a hegemonia do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), parecia tratar o capitalismo como um sistema, mas tira consequências apenas políticas, concebendo um sistema de satélites em torno do sol, isto é, a aplicação rígida da interpretação soviética sobre o desenvolvimento do capitalismo transforma os partidos comunistas (PCs) no resto do mundo – sempre sob a denominação “do Brasil”, “da Índia”, “da China” etc. – em replicadores da “linha justa”, não concedendo nenhuma autonomia teórica às realidades fora do centro capitalista, o que teve consequências não banais do ponto de vista da tática e estratégia das revoluções nas periferias. Entre nós, apenas Caio Prado Jr. (1942) escapou dessa fossilização teórica, mas sem consequências sobre a direção política do partido (SECCO, 2008; RICUPERO, 2000) no Brasil. Na prática política, apenas o PC chinês levou adiante uma revolução que retoricamente obedecia a Moscou, mas, concretamente, seguiu uma tática e estratégia inteiramente em desacordo.

Aqui, pois, a contribuição de Raúl Prebisch está presente com sua formulação de “centro” e “periferia”, que Furtado incorpora inteiramente. Há, na verdade, um certo anacronismo na releitura da história brasileira por Furtado, porque na verdade o sistema colonial não estruturava um centro e periferias nas suas colônias, nem espacial nem setorialmente. O caso brasileiro é exemplar: para Furtado, o deslocamento que se produz é do antigo centro – o Nordeste açucareiro – para o Sudeste – que se industrializará. Mas a economia brasileira não constituía um “sistema”, nem sequer uma economia “nacional” propriamente dita, pois as explorações regionais estavam baseadas nas estratégias de exploração da metrópole portuguesa.

A própria transição, de que Minas será um elo importantíssimo na cadeia – já assinalado por Caio Prado Jr. – obedece à lógica da exploração mercantil, e não a um processo interno da acumulação de capitais. Assim, não havia propriamente um “centro”, posto que o Nordeste mantinha poucas relações mercantis com o restante do país, salvo no capítulo da troca de pequenos excedentes de gado; a principal produção nordestina, a de açúcar, e depois a de algodão, não se destinava ao Sudeste, mas ao exterior. E a cafeicultura, quando chegou a ser a principal

atividade econômica de São Paulo e seus entornos, chegando à condição de primeira mercadoria do comércio mundial, tampouco se destinava às outras regiões brasileiras, mas, de novo, ao exterior.

Aceite-se, pois, criticamente, “o deslocamento do centro dinâmico”. Posto que é aqui que vai se formar uma “economia nacional”, tanto sob as novas condições da divisão social do trabalho, conduzida pela indústria manufatureira e logo a maquinofatureira, quanto pelas operações políticas advindas da Revolução de 1930 – o capítulo mais importante de nossa “revolução passiva” (COUTINHO, 1999; VIANNA, 1997) –, como a abolição das autonomias estaduais nos capítulos fazendários e alfandegários, criando pela primeira vez um “mercado nacional”.

Mesmo o auge do café não havia produzido uma economia “nacional”, pois a divisão social do trabalho construída pela cafeicultura não ultrapassava as fronteiras das fazendas e das cidades no entorno e, paradoxalmente, chegava à Itália devido à crise italiana desde o *Risorgimento* e à política estatal, do lado italiano e do lado paulista – o senador Vergueiro – de exportar e importar mão de obra. A população excedente que se formou no Nordeste pelo declínio da economia açucareira havia regredido para uma economia de subsistência, em vez de direcionar-se para a lavoura de café.

“O deslocamento do centro dinâmico” sob a égide da industrialização refaz toda a economia, agora propriamente nacional. Em primeiro lugar, do ponto de vista da força de trabalho: a superioridade do trabalhador italiano sobre os trabalhadores nacionais perdia relevo em face da maquinofatura, pois esta desqualifica o trabalhador, ao invés da indústria artesanal, que era o forte antes da industrialização propriamente dita – isto pode ser visto também pelo lado da política, pois o período anterior a 1930 é o da predominância no movimento operário nascente das orientações anarcossindicalistas.

Assim, a mão de obra nordestina e mineira coloca-se à disposição e é recrutada em grandes levas: São Paulo (e sua periferia) tornou-se a maior cidade nordestina e a influência de Minas em São Paulo é tão grande que se torna difícil reconhecer o que é mineiro e o que é paulista. Não só uma nova classe social está entrando em cena, mas uma classe social inteiramente desarraigada em seu novo ambiente. Caetano Veloso cantou em “Sampa” essa estranheza: “Narciso acha feio o que não é espelho”. Do ponto de vista político, isto não é sem consequências: o reconhecimento entre dominantes e dominados entra numa nova chave e os antagonismos de classe são duplamente disfarçados: pelas origens regionais, de um lado, e pelo etnocentrismo paulista, de outro. Daí a imensa dificuldade de São Paulo para elaborar uma nova hegemonia. Somente 80 anos depois a liderança de classe dos

operários do ABC foi capaz de ultrapassar, integrando-a, a clivagem exclusivamente regionalista, mas essa nova forma – o Partido dos Trabalhadores – levou à perda da radicalidade reformista, deixando-se absorver pelas classes dominantes. É a “hegemonia às avessas” (ver OLIVEIRA, 2007).

A industrialização experimenta um notável incremento na acumulação de capital pela mudança dos exércitos da ativa e da reserva. A produtividade do trabalho sob o colonato, regime para o qual vieram sobretudo os imigrantes italianos, era de qualquer forma limitada pelos contratos com o governo italiano e pela forma “colonato” – na verdade uma variante da meia, em que o produtor direto produz também parte de sua subsistência. Ao lado disso, o trabalho livre dos “imigrantes sem pátria” – nordestinos e mineiros – não encontra qualquer limitação, salvo as da organização da classe, que tardará, e as da relação capital variável/capital constante, parametrizada pelas formas técnicas do capital, vale dizer, pela maquinofatura; a produtividade do trabalho experimentará saltos formidáveis, com o que a potência da acumulação será exponencial. Basta dizer que no período que se chamou “milagre brasileiro”, a indústria automobilística, maior empregadora exatamente da mão de obra nordestina, cresceu em alguns anos à inimaginável taxa de 18% ao ano.

Daí que a consequência inevitável será extrapolar os mercados de São Paulo e seus entornos, para chegar à “economia nacional” que Vargas havia viabilizado com a federação quase unitária. É incrível, sob qualquer aspecto, que as classes dominantes de São Paulo não reconheçam seu verdadeiro “herói de classe” no político gaúcho. A “parte V” é marxista-keynesiana. Pela operação de queima do café, keynesiana *avant la lettre*, se faz a “revolução passiva”, uma espécie de “18 de Brumário” varguista.

Vargas derrota a poderosa oligarquia cafeeicultora impondo-lhe um programa industrializante: derrota-os primeiro militarmente, sufocando a chamada Revolução Constitucionalista de 1932, e depois usurpa, qual novo Luis Bonaparte, a liderança econômica: não à toa, é aí que vão surgir os novos “capitães da indústria” de São Paulo, que não têm nada a ver com as antigas petulantes e pretensiosas oligarquias cafeeicultoras, salvo no capítulo do sistema bancário. Não existe uma única grande empresa paulista que tenha sido, na origem, de propriedade dos antigos barões do café. Corrijo-me parcial e prontamente: somente o *Estadão*, justamente o inventor do Vargas antipaulista, sobrou, mas os Mesquitas, apesar da pretensão, não formavam parte das *anciennes* oligarquias do café e tampouco o grupo econômico do grande jornal que fez a cabeça da elite paulista pode ser considerado de importância decisiva na matriz industrial e de serviços do estado. Mesmo os Prados, a poderosa família de Caio Prado Jr., cujo poder arrancava desde a colônia, assim como outros quatrocentões, sumiram do mapa do poder econômico.

Esse conjunto de fatores levou, inevitavelmente, à centralização econômica em São Paulo, que se tornou, para os etnopaulistas, a “locomotiva que puxava vinte vagões vazios”, sem se darem conta de que a nova federação quase-unitária formada pelos novos enquadramentos institucionais pós-1930 foram os formadores de um “mercado nacional”, e para lembrar *Don* José Medina Echavarría, sem isso o comando econômico de São Paulo teria se restringido a suas próprias fronteiras. O “centro dinâmico” não havia, propriamente, se deslocado: havia sido criado. E com ele as novas regiões brasileiras: se, antes, João Paulo de Almeida Magalhães teria tido razão ao classificar a economia brasileira como um “arquipélago de economias regionais”,⁶ agora a estruturação passava a ser diferente: um poderoso centro dinâmico, aproveitando as benesses de uma formação federativa que fechava as fronteiras nacionais aos produtos estrangeiros, nacionalizava a demanda para a produção paulista e a oferta de matérias-primas das quais dependia.

Sob esse aspecto, a centralização e concentração de atividades foi tão forte que São Paulo deslocou antigos centros produtivos a seu favor: a proteção à indústria açucareira sob o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) transformou-se no mecanismo pelo qual a proteção à indústria menos eficiente era ao mesmo tempo a proteção à indústria mais eficiente, seja dito, setor açucareiro do Nordeste *versus* setor açucareiro de São Paulo: os preços para proteger a indústria menos eficiente constituíram-se numa enorme margem de lucro para a indústria mais eficiente.

Estava encerrada para sempre a economia colonial e seus sucedâneos sempre inconclusos – como a “economia de arquipélagos regionais”, de João Paulo de Almeida Magalhães – e inaugurada a fase industrial do capitalismo brasileiro, ou do capitalismo no Brasil. Na política, a federação torna-se quase unitária, pois o poder econômico de São Paulo exerce tal pressão sobre a política que todas as medidas a seguir reforçam a tendência à concentração dos capitais e das atividades em São Paulo: as medidas de natureza cambial (durante muito tempo quase a única política econômica com esse *status*), as políticas industrializantes de Vargas e ostensivamente as de Kubitschek, e em seguida as da longa ditadura militar de 1964 a 1985.

Mesmo quando o presidente não era paulista, pois com 1930 quebra-se o acordo “café com leite” – Minas e São Paulo revezando-se na presidência –, praticamente todos os ministros da Fazenda e presidentes do Banco do Brasil eram paulistas; quando não de nascença, politicamente criados em São Paulo. Estes são os casos até mais recentes: Cardoso é carioca de nascimento e Lula, pernambucano. Mas de fato são politicamente paulistas.

6. João Paulo de Almeida Magalhães em artigo publicado na revista da Confederação Nacional da Indústria (CNI) – aí por 1956 –, de cujo departamento econômico foi chefe. Não foi possível encontrar a referência exata àquele brilhante artigo.

Uma breve tentativa de descentralizar foi a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), não por acaso com Celso Furtado, que será interrompida com a ditadura militar, pois para Delfim Netto, o todo-poderoso czar da economia durante quase todo o longo período, planejamento equivalia a “bola de cristal”, coisa de que não dispunham os economistas. Nunca *Don* José Medina Echavarría fora tão atual: a economia sem a política não tem poder para alterar as regras do sistema capitalista; e agora, assiste-se a uma fase oposta: a política perdeu o poder de alterar tais regras, colonizada quase até o extremo pelas novas formas do capitalismo globalizado. De Collor a Lula, com ênfase em Fernando Henrique Cardoso, esta é a lição: tampouco por acaso os presidentes “neoliberais” são políticos paulistas, até porque São Paulo soma mais votos que todo o resto da União, com exceção de Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Fico tentado a acrescentar mais que uma nota de pé de página para comentar a tese principal sobre o “deslocamento do centro dinâmico” defendida por alguns dos comentadores e conhecedores da obra de Furtado. Bielschowsky (2004), cepalino por definição e por isso mesmo um dos melhores conhecedores da obra de Furtado, é um dos mais representativos dessa corrente, e seu livro já se tornou uma referência para os trabalhos sobre o pensamento da Cepal e inspirados na Cepal.

Segundo tal interpretação, “deslocamento do centro dinâmico” nada tem a ver com a geografia das regiões brasileiras, sendo, essencialmente, a passagem de uma economia liderada pelas atividades agropecuárias para a economia industrial; o próprio título que Furtado deu à parte V do livro, na qual se localiza o capítulo 32, sugere tal interpretação. Ora, o problema desta interpretação, que se quer canônica, é que retira a história da síntese furtadiana, que é seu “cavalo de batalha”.

Uma das mais importantes distinções entre os cepalinos e Furtado – *y compris* a teoria clássica e a neoclássica – é que Cepal e Furtado fundem teoria e história; não fosse assim, seria possível encontrar uma teoria de “centro” e “periferia” desde Smith, o que não ocorre, e não por acaso: é que suas concepções são inteiramente homogeneizadoras, fazem tábula rasa da história, pois as “leis” do capital seriam aplicáveis *urbi et orbi*; daí a teoria de comércio internacional de Ricardo, por exemplo, que vê vantagens comparativas entre países diferentes, quando na verdade o domínio colonial e posteriormente das principais economias desenvolvidas determina de fora para dentro as “vocações” primárias das colônias e depois ex-colônias.

Prebisch não se insurgiu à toa, mostrando como as relações centro-periferia estruturavam uma “troca desigual” – título de um excelente livro de Arghiri

Emmanuel,⁷ – porque essa é uma relação política por excelência. Fosse outra a compreensão das próprias potências coloniais, a Inglaterra não teria destruído a indústria têxtil indiana, que era melhor, produtivamente, à época, que a nascente indústria têxtil inglesa. O que se viu foi o contrário: a destruição da indiana era condição de possibilidade de êxito para a nascente indústria inglesa. É bom ler o clássico de Nehru (1946), *The Discovery of India*, para entender tal processo, e não se deixar seduzir pelo “universalismo” das leis de produção e reprodução capitalistas centrais.

Nem mesmo para países que logo se juntaram ao primeiro time, como Alemanha e França e, já no século XIX, os Estados Unidos da América, a validade universal foi aceita: que o diga Alexander Hamilton, um dos *founding fathers*, secretário do Tesouro de Washington e posteriormente presidente, com seu escancarado protecionismo, que protegeu a nascente economia da novel nação extrapolando todos os limites permitidos até pela teoria mercantilista; aliás, ele mesmo deve ser considerado um dos grandes teóricos mercantilistas, na contramão da teoria do livre comércio da qual os Estados Unidos se tornaram, posteriormente, o grande propagador.

Furtado, numa conversa pessoal da qual guardo apenas recordações, e, pois, não tenho nenhuma documentação, reconheceu que List foi uma das maiores influências para a elaboração da Cepal; lamentavelmente, nem a Cepal em seus trabalhos, e tampouco Furtado citaram o economista alemão. E quando os Estados Unidos quiseram liquidar a Cepal nos anos 1950, do que a organização foi salva pela decisiva intervenção de Vargas, informado por Furtado, a Cepal deveria ter se defendido e à sua teoria respondendo com... Hamilton.

O próprio projeto furtadiano que se expressa na criação da Sudene reflete a fusão entre teoria e história: seria preciso uma ação política para realizar o que a economia não conseguiu, e até pelo contrário, posto que o Nordeste era exportador de capitais para o Sudeste, o que se expressava na presença de grandes grupos econômicos nordestinos na novel economia industrial paulista: as Casas Pernambucanas continuam a ser o melhor exemplo da migração dos capitais, e o próprio Furtado fez da tese da triangulação das divisas entre o Nordeste, que exportava mas não utilizava as divisas, e o Sudeste, que se industrializava e tinha fome de divisas, um dos pontos capitais para demonstrar que a economia nordestina era viável economicamente, mas não o era politicamente. Sem história e sem geografia histórica, a tese do deslocamento do centro dinâmico fica vazia, e não é Brasil.

7. Emmanuel (1973) elabora uma teoria do comércio internacional de inspiração marxista, que pertence claramente à família do imperialismo de Lênin e das colônias como mercado de Rosa Luxemburgo. De fato, o objetivo de Emmanuel não é fundar uma teoria do comércio internacional, mas uma teoria da dominação imperialista que leva, necessariamente, a estruturar uma “troca desigual” entre metrópoles e colônias.

REFERÊNCIAS

- BIELSCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro: o encerramento do ciclo ideológico do desenvolvimento. 5. ed. São Paulo: Contraponto, 2004.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- COUTINHO, C. N. Gramsci – um estudo do seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- EMMANUEL, A. A troca desigual. Lisboa: Estampa, 1973. 2 v.
- FURTADO, C. A economia brasileira. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.
- _____. Formação econômica do Brasil. 27. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional/Publifolha, 2000.
- _____. A economia colonial no Brasil nos sécs. XVI e XVII. São Paulo: Hucitec, 2001.
- KEYNES, J. M. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Tradução de Mario Ribeiro da Cruz. São Paulo: Atlas, 1982.
- LAMBERT, J. Os dois Brasis. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- LÊNIN, V. U. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARCUSE, H. O marxismo soviético. Uma análise crítica. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- MARX, K. El capital. Crítica de la economía política. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1973. 3 v., 8a reimpressão.
- MARX, K.; ENGELS, F. O manifesto do partido comunista. São Paulo: Boitempo, 1998.
- NEHRU, J. The discovery of India. Oxford University Press, 1946.
- NORMANO, J. F. Evolução econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976 (Coleção Brasileira, n. 152).
- OLIVEIRA, F. A hegemonia às avessas. Revista Piauí, Rio de Janeiro: AlviNegro, n. 4, 2007.
- PRADO JÚNIOR, C. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1942.
- RICUPERO, B. O marxismo de Caio Prado e a nacionalização do marxismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2000.
- SECCO, L. Caio Prado Jr. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SIMONSEN, R. História econômica do Brasil – 1500-1820. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962.
- VIANNA, L. J. W. A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- VILELLA, A. V.; SUZIGAN, W. Política do governo e crescimento da economia – 1889-1945. 2. ed. Rio de Janeiro: Ipea, 1975.
- WEBER, M. Economía y sociedad. Tradução de José Medina Echavarría, Juan Parella, Eugenio Imaz y Eduardo Mainez. 2. ed. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1984. 7a reimpressão.